

Seguro Prestamista Moedas Estrangeiras – Itaú PJ
Processo SUSEP Nº 15414.662364/2024-79

Índice

CONDIÇÕES GERAIS DO SEGURO PRESTAMISTA MOEDAS ESTRANGEIRAS – ITAÚ PJ

1.	INFORMAÇÕES PRELIMINARES.....	3
2.	GLOSSÁRIO.....	3
3.	OBJETIVO DO SEGURO.....	7
4.	COBERTURAS DO SEGURO	8
5.	RISCOS EXCLUÍDOS DO SEGURO	8
6.	PERDA DE DIREITOS	9
7.	CARÊNCIA E FRANQUIA	10
8.	ACEITAÇÃO DO SEGURO	10
9.	VIGÊNCIA DO SEGURO E RENOVAÇÃO	11
10.	CAPITAL SEGURADO	12
11.	DO PRÊMIO DO SEGURO	12
12.	COMO PROCEDER EM CASO DE EVENTO COBERTO.....	13
13.	REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE EVENTOS COBERTO	13
14.	CANCELAMENTO DO SEGURO	14
15.	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	14
16.	BENEFICIÁRIO.....	15
18.	SOLUÇÃO DE CONFLITOS	15
19.	TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	16
1.	COBERTURA DE MORTE QUALQUER CAUSA – MQC.....	19

CONDIÇÕES GERAIS DO SEGURO PRESTAMISTA MOEDAS ESTRANGEIRAS – ITAÚ PJ

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A aceitação da proposta está sujeita à análise do risco.
- 1.2. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep.
- 1.3. O segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico www.susep.gov.br.
- 1.4. Este seguro é coletivo, estruturado pelo regime de repartição simples e não gera reserva matemática/reserva financeira; por isso, não há possibilidade de resgate ou devolução valores dessa natureza ao Segurado ou aos Beneficiários.

2. GLOSSÁRIO

- 2.1. Para facilitar a compreensão, seguem abaixo os termos técnicos utilizados nos documentos contratuais do seguro, que proporcionam entendimento mais claro sobre o produto.

ACEITAÇÃO: Aprovação, pela Seguradora, da Proposta de Contratação apresentada pelo interessado em contratar as Coberturas do Seguro.

ACIDENTE PESSOAL: Evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, violento, e causador de lesão física, que, por si só e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte, ou a invalidez permanente, total ou parcial, do Segurado, ou que torne necessário tratamento médico, observando-se que:

1) Incluem-se nesse conceito:

- a) O suicídio, ou a sua tentativa, que será equiparado, para fins de indenização, a acidente pessoal;
- b) Os acidentes decorrentes de ação da temperatura do ambiente ou influência atmosférica, quando a elas o Segurado ficar sujeito, em decorrência de acidente coberto;
- c) Os acidentes decorrentes de escapamento acidental de gases e vapores;
- d) Os acidentes decorrentes de sequestros e tentativas de sequestros;
- e) Os acidentes decorrentes de alterações anatômicas ou funcionais da coluna vertebral, de origem traumática, causadas exclusivamente por fraturas ou luxações, radiologicamente comprovadas.

2) Excluem-se desse conceito:

- a) **As doenças, incluídas as profissionais, quaisquer que sejam suas causas, ainda que provocadas, desencadeadas ou agravadas, direta ou**

- indiretamente por acidente, ressalvadas as infecções, estados septicêmicos e embolias, resultantes de ferimento visível causado em decorrência de acidente coberto;
- b) As intercorrências ou complicações consequentes da realização de exames, tratamentos clínicos ou cirúrgicos, quando não decorrentes de acidente coberto;
 - c) As lesões decorrentes, dependentes, predispostas ou facilitadas por esforços repetitivos ou micro traumas cumulativos, ou que com eles tenham relação de causa e efeito, assim como as lesões classificadas como: Lesão por Esforços Repetitivos – LER, Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho – DORT, Lesão por Trauma Continuado ou Contínuo – LTC, ou similares que venham a ser aceitas pela classe médico-científica, bem como as suas consequências pós-tratamentos, inclusive cirúrgicos, em qualquer tempo; e
 - d) As situações reconhecidas por instituições oficiais de previdência ou assemelhadas, como "invalidez acidentária", nas quais o Evento causador da lesão não se enquadre integralmente na caracterização de invalidez por acidente pessoal.

ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL (AVC): Isquemia cerebral ou hemorragia intracraniana, com duração superior a 24 (vinte e quatro) horas, resultante de problemas vasculares e que produz seqüela neurológica definitiva. Para todos e quaisquer efeitos o AVC é uma doença, não podendo ser equiparado, em hipótese alguma, a acidente pessoal.

ADITIVO OU ENDOSSO: Documento emitido pela Seguradora que formaliza qualquer alteração nos termos e condições da Apólice.

AGRAVAMENTO RELEVANTE DO RISCO: Aumento significativo e continuado da probabilidade de realização do risco ou da severidade de seus efeitos, ou seja, fatos que aproximam o risco segurado da ocorrência do sinistro ou torne suas consequências mais graves.

ALIENAÇÃO MENTAL: Distúrbio mental ou neuro mental em que há alteração completa da personalidade, comprometendo em definitivo o pensamento lógico (juízo de valor), a realidade (juízo crítico) e a memória, destruindo a capacidade de realizar atos eficientes, objetivos e propositais e tornando o Segurado total e permanentemente impossibilitado para a vida civil.

APÓLICE: Documento emitido pela Seguradora que formaliza a Aceitação da(s) Cobertura(s) solicitada(s) pelo proponente, nos Seguros individuais, ou pelo Estipulante, nos Seguros coletivos.

AVISO DE SINISTRO: Comunicação que o Segurado, Estipulante ou Beneficiário é obrigado a fazer à Seguradora, imediatamente após o acontecimento de um Evento Coberto pelo Seguro.

BENEFICIÁRIO: Pessoa jurídica designada para receber o valor do Seguro (Capital Segurado), de acordo com a Cobertura pleiteada, na hipótese de ocorrência de Evento

Coberto. Para fins deste Seguro, o Beneficiário será sempre o Credor da Obrigação (Instituição Financeira).

CAPITAL SEGURADO: Valor máximo a ser pago pela Seguradora ao Beneficiário para a Cobertura contratada pela Empresa Estipulante, em razão de Sinistro, conforme Capital Segurado Individual e Saldo Devedor da Obrigação apurados na data do Evento Coberto; em hipótese alguma o Capital Segurado será superior ao Saldo Devedor da Obrigação vigente na data do Evento Coberto.

CAPITAL SEGURADO INDIVIDUAL: Valor apurado na data do Evento Coberto, proporcional à participação societária do Segurado sinistrado (sócio pessoa física) na Empresa Estipulante na data do Sinistro em relação ao Capital Segurado Integral (Saldo Devedor da Obrigação). Para Empresas Estipulantes com apenas um sócio pessoa física (Segurado sinistrado) na data do Evento Coberto, o Capital Segurado Individual será igual ao Capital Segurado Integral. Para Empresas Estipulantes com sócia(s) pessoa jurídica, cujos sócios sejam pessoas físicas (Segurados), o Capital Segurado Individual em caso de Evento Coberto será calculado considerando a proporção tanto do percentual de participação societária da sócia pessoa jurídica na Empresa Estipulante, quanto a participação societária do Segurado sinistrado na sócia pessoa jurídica.

CAPITAL SEGURADO INTEGRAL: Valor máximo do Capital Segurado para a Cobertura contratada pela Empresa Estipulante, variável e equivalente ao Saldo Devedor da Obrigação apurado na data do Evento Coberto (Capital Segurado Vinculado).

CAPITAL SEGURADO VINCULADO: Modalidade em que o Capital Segurado da Cobertura não é fixo e varia conforme o valor da Obrigação contratada, sendo alterado automaticamente a cada pagamento ou reajuste da Obrigação (compromisso financeiro), observado o valor máximo constante da Apólice.

CARÊNCIA: Período contínuo contado a partir da data de início de Vigência do Seguro, do aumento do Capital Segurado ou da sua recondução no caso de suspensão, durante o qual, na ocorrência do sinistro, o Segurado/Beneficiário não terá direito ao recebimento do Capital Segurado.

COBERTURA: Obrigações da Seguradora perante o Segurado em caso de Evento Coberto previsto nestas Condições Gerais e Especiais, desde que contratada e especificada na Apólice.

CONDIÇÕES ESPECIAIS: Cláusulas específicas da Cobertura do Seguro.

CONDIÇÕES GERAIS: Cláusulas comuns a todas as Coberturas do Seguro, que estabelecem obrigações e direitos do Segurado, da Seguradora e do Estipulante.

CORRETOR: Pessoa física ou jurídica legalmente autorizada a intermediar contratos de Seguro entre as Seguradoras e os Segurados e/ou Estipulante.

CREDOR: Aquele a quem o Devedor deve pagar o valor decorrente da Obrigação contratada. Para fins deste Seguro, o Credor será sempre a Instituição Financeira que concedeu o crédito em moeda estrangeira à Empresa Estipulante.

CUSTO DE AMORTIZAÇÃO: tradução do termo em inglês “*breaking fund cost*”, utilizado em operações de crédito bancário para designar um valor financeiro devido ao banco, previsto contratualmente, quando o cliente realiza a liquidação antecipada da operação. Tem por finalidade reembolsar o banco por perdas ou custos incorridos devido à quebra do planejamento financeiro originalmente acordado.

DEVEDOR: Aquele que deve pagar ao Credor (Instituição Financeira) o valor decorrente da Obrigação contratada. Para fins deste Seguro, o Devedor será sempre a Empresa Estipulante.

DOLO: Ato intencional e consciente do Segurado, Beneficiário ou do representante de um ou outro, com a finalidade de induzir a Seguradora a erro, inclusive, com o objetivo de conseguir vantagem indevida para si ou para terceiros, deixando de observar o princípio da estrita Boa-fé que rege o contrato de Seguro.

ESTIPULANTE: Pessoa jurídica que contrata Apólice Coletiva de Seguro e que representa os Segurados perante a Seguradora. Para fins deste Seguro, o Estipulante é a pessoa jurídica que contrata a Obrigação (crédito em moeda estrangeira) junto ao Credor (Instituição Financeira) e opta por também contratar este Seguro (também denominada Empresa Estipulante).

EVENTO: Acontecimento acidental ou inesperado, futuro, incerto e involuntário, ocorrido durante a vigência do Seguro.

EVENTO COBERTO: Acontecimento acidental ou inesperado, futuro, incerto e involuntário, ocorrido durante a vigência do Seguro e previsto nestas Condições Gerais e Especiais como coberto, conforme cada Cobertura contratada e especificada na Apólice.

GRUPO SEGURADO: é a totalidade de sócios pessoa física efetivamente aceita e incluída na Apólice; para fins deste Seguro, integram o grupo segurado os sócios pessoa física da Empresa Estipulante e de suas sócias pessoa jurídica.

OBRIGAÇÃO: Compromisso financeiro (crédito em moeda estrangeira) ao qual este Seguro está vinculado, firmado entre Credor (Instituição Financeira) e Devedor (Empresa Estipulante), por meio do qual o Credor pode exigir do Devedor o pagamento do valor correspondente. Para fins desse seguro, o Credor da Obrigação é a Instituição Financeira.

PARCELAS VENCIDAS: Parcelas da Obrigação assumida pela Empresa Estipulante (Devedor) junto a Instituição Financeira, com data de vencimento anterior à data de ocorrência do Sinistro, sem que tenha ocorrido o seu devido pagamento.

PARCELAS VINCENDAS: Parcelas da Obrigação assumida pela Empresa Estipulante (Devedor) junto a Instituição Financeira, com data de vencimento posterior à data de ocorrência do Sinistro, e que ainda não venceram nem foram pagas.

PRÊMIO: Valor pago pela Empresa Estipulante à Seguradora para custeio das Coberturas contratadas.

PROPONENTE: Pessoa Jurídica interessada em contratar as Coberturas do Seguro.

PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO: Documento mediante o qual a Empresa Estipulante expressa a intenção de contratar o Seguro, após conhecimento prévio das Condições Gerais e Especiais.

REGULAÇÃO DE SINISTRO: Conjunto de procedimentos realizados pela Seguradora para apuração das causas, circunstâncias e valores envolvidos na ocorrência de um Evento, feitos para verificar se o Seguro cobre o Evento ocorrido.

RISCOS EXCLUÍDOS: Eventos previstos nas Condições Gerais e Especiais como riscos não cobertos por este Seguro.

SALDO DEVEDOR: Valor total das Parcelas Vencidas e Vincendas em aberto referente à Obrigação (crédito em moeda estrangeira) contratada pela Empresa Estipulante junto ao Credor (Instituição Financeira), vigente na data da ocorrência do Evento Coberto, observado o valor máximo do Capital Segurado contratado para a Cobertura, conforme estabelecido na Apólice. **Para fins desse Seguro, o Saldo Devedor não inclui eventuais encargos adicionais da Obrigação contratada, como taxas administrativas, *breaking fund cost* e variações cambiais apuradas no fechamento do câmbio, no momento da amortização do compromisso financeiro.**

SEGURADO: Pessoa física sobre a qual se procederá a avaliação do risco, vinculada à Cobertura contratada. Para fins deste Seguro, é o sócio pessoa física da Empresa Estipulante ou de suas sócias pessoa jurídica.

SEGURADORA: Pessoa jurídica legalmente constituída para assumir e gerir riscos, e que mediante o pagamento de Prêmio é responsável pelo pagamento do Capital Segurado nos termos contratados.

SINISTRO: Ocorrência do Evento Coberto previsto para cada cobertura, durante a vigência do Seguro, desde que confirmado na Regulação de Sinistro.

VIGÊNCIA: Período indicado na Apólice em que vigoram as Coberturas contratadas.

3. OBJETIVO DO SEGURO

3.1. Este seguro objetiva amortizar ou custear, total ou parcialmente, o Saldo Devedor da Obrigação (crédito em moeda estrangeira) assumida pela Empresa Estipulante (Devedor) junto ao Credor (Instituição Financeira), em razão de Evento Coberto ocorrido na Vigência da Apólice, observados os limites dos Capitais Segurados Integral e Individual apurados para a Cobertura, de acordo com o percentual de participação societária do sócio Segurado na Empresa Estipulante na data do Evento Coberto, observadas estas Condições Gerais e Especiais.

3.1.1. Em caso de Empresa Estipulante com sócias pessoa jurídica, para apuração do Capital Segurado Individual na data do Evento Coberto será observada a proporção tanto do percentual de participação societária da sócia pessoa jurídica na Empresa Estipulante, quanto do percentual de participação societária do Segurado sinistrado na sócia pessoa jurídica, em relação ao Capital Segurado

Integral, observadas estas Condições Gerais e Especiais.

4. COBERTURAS DO SEGURO

4.1. A cobertura única deste Seguro é a de **Morte Qualquer Causa (MQC)**, conforme descrito nas Condições Especiais.

4.2. **Despesas com medidas de contenção ou salvamento:** quando aplicáveis ao sinistro, e em caráter excepcional, a Seguradora pagará as despesas com medidas adotadas para evitar sinistro iminente ou reduzir seus efeitos, incorridas durante a Vigência do Seguro, observado o limite máximo equivalente a 1% (um por cento) do Capital Segurado Individual apurado na data do Evento Coberto.

4.2.1. Não serão consideradas despesas de contenção ou salvamento e, portanto, não serão cobertos seus custos, quaisquer despesas médicas, hospitalares ou de tratamento de qualquer natureza, bem como despesas relacionadas à prevenção ordinária, incluída qualquer espécie de manutenção (preventiva ou corretiva), ou mesmo medidas notoriamente inadequadas ou desproporcionais ao tipo de sinistro em questão, e despesas que não estejam diretamente vinculadas à mitigação de um sinistro iminente.

4.2.2. O limite máximo previsto na cláusula 4.2 não será reintegrado na mesma Vigência do Seguro, ou seja, uma vez atingido, não haverá outros pagamentos de despesas de contenção ou salvamento na mesma Vigência.

4.2.3. O pedido de reembolso das despesas com medidas de contenção ou salvamento deve ser enviado à Seguradora por meio de seus canais de atendimento, acompanhado da documentação que comprove as despesas efetivamente incorridas conforme critérios das cláusulas 4.2 e 4.2.1. acima. Após avaliação do pedido, com eventual conclusão pela conformidade das despesas aos critérios das mencionadas cláusulas, a Seguradora efetuará o respectivo reembolso, respeitado o limite máximo previsto na cláusula 4.2. e o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

5. RISCOS EXCLUÍDOS DO SEGURO

5.1. Além dos riscos excluídos previstos nas Condições Especiais da Cobertura, este Seguro não cobre, em hipótese alguma, os Eventos ocorridos em consequência de:

5.1.1. Uso de material nuclear para quaisquer fins, incluindo explosão nuclear provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou a exposição a radiações nucleares ou ionizantes;

5.1.2. Invasão, hostilidade, atos terroristas, atos ou operações de guerra declarada ou não, de guerra química ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, de revolução, rebelião, locaute, pilhagem, confisco, insurreição militar, agitação, motim, revolta, sedição, sublevação, tumultos, manifestações violentas,

vandalismo, bloqueios de vias públicas, invasões de propriedades e delas decorrentes, exceto prestação de serviço militar, ou de atos de humanidade em auxílio de outrem;

- 5.1.3. Lesão intencionalmente auto infligida;
- 5.1.4. Suicídio do Segurado ou sua tentativa, nos primeiros dois (2) anos de vigência do seguro, ou da sua recondução depois de suspenso;
- 5.1.5. Atos ilícitos dolosos praticados pelo Segurado, pelo Beneficiário ou pelo representante de um ou de outro;
- 5.1.6. Epidemias ou pandemias declaradas por órgãos competentes;
- 5.1.7. Tufões, furacões, ciclones, terremotos, maremotos e erupções vulcânicas;
- 5.1.8. Procedimentos não previstos no Código Brasileiro de Ética Médica e não reconhecidos pelo Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia;
- 5.1.9. Lesão por esforços repetitivos (LER), tendinite, sinovite, tenossinovite, artrite, dormio facial, cerviobraquialgia e todos os processos inflamatórios inespecíficos relacionados a Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT);
- 5.1.10. Intercorrências ou complicações consequentes de realização de exames, tratamentos clínicos ou cirúrgicos, acidentes cardiovasculares, acidente vascular cerebral (AVC), aneurisma, síncope, apoplexia, epilepsia e acidentes médicos, quando não decorrentes de acidente coberto;
- 5.1.11. Lesões ou consequências decorrentes de Acidentes Pessoais sofridos antes da adesão a este Seguro, ainda que manifestado durante a sua vigência;
- 5.1.12. Mutilação voluntária e premeditada ou sua tentativa;
- 5.1.13. Eventos que não se incluem no conceito de Acidentes Pessoais, previsto no Glossário destas Condições Gerais, ou eventos não previstos na cláusula de Cobertura do Seguro destas Condições Gerais, ou eventos não previstos nas Condições Especiais da Cobertura contratada;
- 5.1.14. Cirurgias plásticas, exceto aquelas com finalidade comprovadamente restauradoras de função diretamente afetada por Eventos Cobertos pelo Seguro;
- 5.1.15. Danos estéticos, incluindo perda de dentes;
- 5.1.16. Viagens, como passageiro ou tripulante, em aeronaves ou embarcações que não possuam, em vigor, autorização das autoridades competentes para voar ou navegar; ou
- 5.1.17. Doenças, inclusive as profissionais, quaisquer que sejam suas causas, ainda que provocadas, desencadeadas ou agravadas direta ou indiretamente por acidente, ressalvadas as infecções, estados septicêmicos e embolias, resultantes de ferimento visível.

6. PERDA DE DIREITOS

6.1. O Segurado e/ou Beneficiário perderá o direito a receber qualquer valor deste Seguro se:

- A) Dolosamente, por si ou por seus representantes, fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influenciar na Aceitação da Proposta ou no valor do Prêmio, caso em que, além da perda do direito à Cobertura, ficará obrigado ao pagamento do Prêmio vencido e ressarcir as despesas efetuadas pela Seguradora;

- B) Se, diante da omissão ou inexatidão das declarações, a Cobertura for tecnicamente impossível, ou se tais fatos corresponderem a um tipo de interesse ou risco que a Seguradora não cobre, este Seguro será extinto, sem prejuízo da obrigação do Segurado de ressarcir à Seguradora as despesas por ela efetuadas;**
- C) Deixar de cumprir as obrigações deste Seguro;**
- D) Agravar intencionalmente e de forma relevante o risco Segurado.**
- E) Procurar obter benefícios do presente Seguro por qualquer meio ilícito, dolo, má-fé, fraude ou simulação na contratação, durante sua vigência ou, ainda, para obter ou majorar o valor do Capital Segurado;**
- F) Deixar de comunicar à Seguradora, dolosamente, tão logo tenha conhecimento, fatos que configurem agravamento relevante do risco;**
- G) Deixar de comunicar ou de prestar todas as informações/documentos que disponha sobre o Evento à Seguradora, tão logo tenha conhecimento; e**
- H) Não adotar as providências necessárias e úteis para minorar as consequências do Sinistro.**

6.2. Comprovado algum tipo de fraude, a Apólice será considerada nula, podendo a Seguradora dar início aos procedimentos legais para responsabilização legal/criminal e/ou ressarcimento de eventuais despesas incorridas ou valores pagos.

7. CARÊNCIA E FRANQUIA

7.1. Para a cobertura de Morte Qualquer Causa (MQC) a carência é de 2 (dois) anos para suicídio ou tentativa de suicídio do Segurado, contados do início de Vigência da Apólice ou de sua recondução depois de suspensa.

7.2. As demais Carências e Franquias aplicáveis estão previstas nas Condições Especiais da cobertura e na Apólice.

8. ACEITAÇÃO DO SEGURO

8.1. Após o recebimento da Proposta de Contratação, a Seguradora se manifestará no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias corridos, informando sobre a sua aceitação ou recusa.

8.2. A Seguradora poderá solicitar esclarecimentos ou documentos para decidir sobre a Aceitação da Proposta de Contratação, com interrupção do prazo de 25 dias, que será reiniciado a partir do atendimento da solicitação pela Empresa Estipulante.

8.3. A Aceitação do Seguro será automática caso não haja recusa da Seguradora no prazo

estabelecido acima.

- 8.4.** Sendo aceito o risco, a Seguradora emitirá a Apólice, que será enviada à Empresa Estipulante nos canais remotos Itaú, como aplicativo ou ambiente logado do sítio www.itaubr.com ou do Portal de Correspondências Digitais <https://correspondenciasdigitais.itaubr.com/login>.
- 8.5.** Este Seguro não poderá ser contratado, sob pena de sua nulidade e perda do direito às Coberturas, por:
- A) Empresas que não possuam CNPJ Ativo;**
 - B) Empresas que não sejam constituídas sob forma de Sociedade Anônima de Capital Fechado, Sociedade Empresarial Limitada, Sociedade Simples Pura, Sociedade Simples Limitada, Empresa Individual ou Contribuinte Individual, como ONG's, Cooperativas e Sociedade Anônima de Capital Aberto; ou**
 - C) Pessoas físicas ou jurídicas na condição de devedor solidário ou avalista do Devedor da Obrigação (crédito em moeda estrangeira) ou pessoas em qualquer outro cargo ou função na Empresa Estipulante, sem participação societária.**

9. VIGÊNCIA DO SEGURO E RENOVAÇÃO

- 9.1.** A Vigência deste Seguro pode corresponder ou não ao prazo de vigência da Obrigação assumida pela Empresa Estipulante com o Credor, a qual este Seguro está vinculado, não podendo ultrapassar o término da Obrigação.
- 9.2.** O início e término de Vigência da Cobertura da Apólice será às 24hs (meia noite), horário de Brasília, das datas nela indicadas.
- 9.3.** No caso de pagamento do Prêmio integral à vista (Prêmio único), financiado pelo Credor, a Vigência das Coberturas iniciará às 24 horas (meia noite) da data da concessão do compromisso financeiro.
- 9.4.** No caso de pagamento do Prêmio à vista ou parcelado, sem ser financiado pelo Credor, a Vigência das Coberturas iniciará às 24 horas (meia noite) da data do pagamento do Prêmio à vista ou da primeira parcela.
- 9.5.** A Vigência da Cobertura deste Seguro terminará na data original de vencimento da última parcela da Obrigação assumida pela Empresa Estipulante junto ao Credor, mesmo que subsistam parcelas da Obrigação vencidas e não pagas pela Empresa Estipulante, após a data original de vencimento mencionada.
- 9.6.** Caso o prazo da Obrigação (compromisso financeiro) atrelada ao Seguro seja repactuado, resultando na redução do prazo original da Obrigação, a Vigência do Seguro respeitará o término do novo prazo da Obrigação, sem prejuízo de eventual devolução do Prêmio proporcional correspondente ao período original remanescente, quando aplicável.
- 9.7.** No caso de repactuação do prazo da Obrigação (compromisso financeiro) atrelada ao Seguro, que resulte na ampliação do seu prazo original, o Seguro não terá sua Vigência ampliada, ou seja, manterá sua vigência original, exceto se a Seguradora se manifestar

expressamente de outra forma.

9.8. Este Seguro é por prazo determinado, não havendo possibilidade de renovação da Apólice.

9.9. Qualquer alteração nas Condições Gerais e Especiais que implique em ônus ou dever para o Segurado ou a redução dos seus direitos dependerá da anuência prévia e expressa de Segurados que representem, no mínimo, três quartos do Grupo Segurado.

10. CAPITAL SEGURADO

10.1. O Capital Segurado das Coberturas deste Seguro será sempre vinculado ao Saldo Devedor da Obrigação (crédito em moeda estrangeira) e à proporção do percentual de participação societária do sócio Segurado na Empresa Estipulante ou em sua sócia pessoa jurídica, em relação ao Capital Segurado Integral, sendo alterado automaticamente a cada pagamento de parcela, pagamento parcial, reajuste da Obrigação ou mudanças na composição societária da Empresa Estipulante, observado sempre o valor máximo do Capital Segurado Individual.

10.2. As parcelas da Obrigação em atraso, juros e/ou multas decorrentes de eventual inadimplência no pagamento da Obrigação por parte da Empresa Estipulante (Devedor) serão incorporados ao valor do Capital Segurado e conseqüentemente ao valor a ser pago pela Seguradora ao Beneficiário (Credor) em caso de Evento Coberto, respeitado o valor máximo dos Capitais Segurados Integral e Individual apurados para a Cobertura.

10.3. No caso de Evento Coberto, a Seguradora efetuará o pagamento do Capital Segurado com base na apuração do Saldo Devedor da Obrigação vigente na data do Sinistro, informado pelo Credor, respeitado o valor máximo do Capital Segurado Integral da Cobertura, bem como o valor do Capital Segurado Individual apurado de acordo com o percentual, na data do Evento, de participação societária do Segurado sinistrado na Empresa Estipulante ou em sua sócia pessoa jurídica, em relação ao Capital Segurado Integral.

10.3.1. O Beneficiário (Credor), ao receber o Capital Segurado, deverá amortizar o Saldo Devedor da Obrigação (crédito em moeda estrangeira), incluindo eventuais encargos adicionais como taxas administrativas, custos de amortização (*breaking fund cost*) ou outros valores decorrentes dessa amortização.

10.4. O pagamento do Capital Segurado será realizado sob a forma de pagamento único e em moeda corrente nacional.

11. DO PRÊMIO DO SEGURO

11.1. A critério da Seguradora, o Prêmio deste Seguro será pago pela Empresa Estipulante de forma parcelada ou à vista, diretamente à Seguradora, conforme as datas e informações indicadas na Apólice.

11.2. Não haverá atualização monetária dos valores do Prêmio.

11.3. Em caso de inadimplemento, a Seguradora enviará comunicado à Empresa Estipulante advertindo quanto à necessidade de quitação das parcelas do Prêmio em atraso e concedendo-lhe prazo para pagamento, sob pena de a Seguradora poder suspender, a seu exclusivo critério, as Coberturas a partir do término desse prazo. Do pagamento em atraso incidirá, sobre o valor devido, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia de descumprimento, e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

11.4. Após 90 (noventa) dias do término do prazo indicado na cláusula acima, sem o pagamento dos Prêmios inadimplidos, a Apólice será cancelada e a Seguradora estará integralmente liberada de qualquer obrigação relacionada ao Seguro contratado.

11.5. O Credor não é responsável pelo pagamento dos Prêmios deste Seguro, sendo essa Obrigação exclusiva da Empresa Estipulante.

11.6. Em caso de ocorrência de Evento Coberto durante o período de inadimplência sem que tenha ocorrido a suspensão da Cobertura, a Seguradora poderá abater o valor pendente de Prêmio do total devido a título de Capital Segurado.

12. COMO PROCEDER EM CASO DE EVENTO COBERTO

12.1. Em caso de Sinistro, a Empresa Estipulante ou o Credor deverá comunicar prontamente à Seguradora nos canais por ela disponibilizados, informados na Apólice, para fornecer todos os documentos e informações para análise.

12.2. Para apuração do valor do Capital Segurado a ser pago pela Seguradora, deve ser considerado o valor máximo de Capital Segurado Integral da Cobertura e o Capital Segurado Individual apurado na data do Evento Coberto, de acordo com o percentual de participação societária do sócio Sinistrado na Empresa Estipulante ou em sua sócia pessoa jurídica, devendo-se em qualquer caso respeitar o Saldo Devedor da Obrigação na data do Evento Coberto.

12.3. Para o início da Regulação do Sinistro, o Credor ou a Empresa Estipulante deverá enviar à Seguradora todos os documentos e informações indicados nas Condições Especiais da Cobertura.

12.4. A Seguradora terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento de toda a documentação prevista nas Condições Especiais da Cobertura contratada, para manifestar-se a respeito do reconhecimento do Evento Coberto.

13. REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE EVENTOS COBERTOS

13.1. O prazo para pagamento dos valores do Capital Segurado da Cobertura será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que ocorrer o reconhecimento do Evento Coberto pela Seguradora.

- 13.2.** Durante a análise do Evento, a Seguradora poderá solicitar documentos e informações complementares que julgar necessários à apuração do Sinistro. Neste caso, a contagem do prazo para liquidação do sinistro será suspensa, reiniciando no dia útil subsequente aquele que for atendida a solicitação pelo Credor, Empresa Estipulante ou seu representante.
- 13.3.** Em caso de atraso no pagamento do Capital Segurado, incidirá juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir do primeiro dia de descumprimento, e de multa de 2% sobre o montante devido, corrigido monetariamente pelo IPCA-IBGE.
- 13.4.** Os valores dos Capitais Segurados ficam sujeitos à atualização monetária pela variação positiva do índice IPCA-IBGE, a partir da data do Evento Coberto até a data do efetivo pagamento, quando a Seguradora não cumprir o prazo de 30 (trinta) dias fixado para pagamento.
- 13.5.** Caso o processo de regulação de sinistros conclua que o Capital Segurado não é devido, o Beneficiário ou a Empresa Estipulante será comunicado formalmente, com a justificativa para o não pagamento.

14. CANCELAMENTO DO SEGURO

- 14.1.** Respeitado o tempo de Cobertura proporcional ao Prêmio pago, a Apólice será cancelada e a Cobertura deste Seguro cessará imediatamente:
- a) Por encerramento definitivo do vínculo entre a Empresa Estipulante e o Credor;
 - b) No final do prazo de vigência da Apólice;
 - c) Quando a Empresa Estipulante requerer o cancelamento do Seguro, a qualquer tempo;
 - d) Quando a Obrigação (compromisso financeiro) vinculada ao Seguro for extinta por liquidação antecipada ou portabilidade de crédito, devendo a Seguradora ser formalmente comunicada, sem prejuízo de eventual devolução proporcional do Prêmio pago referente ao período a decorrer, quando aplicável;
 - e) Em caso de renegociação/refinanciamento/repactuação da Obrigação com aumento do seu prazo de pagamento, ressalvada a hipótese de manifestação da Seguradora, conforme cláusula 9.7;
 - f) Pelo pagamento do Capital Segurado da Cobertura de Morte Qualquer Causa;
 - g) Por atraso no pagamento de quaisquer parcelas do Prêmio subsequentes à primeira, após prévia notificação da Seguradora à Empresa Estipulante concedendo-lhe prazo para regularização do inadimplemento;
 - h) Por ausência do pagamento da prestação única ou primeira parcela do Prêmio.

15. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

- 15.1.** O valor do Capital Segurado Vinculado será recalculado mensalmente, na data de vencimento de cada parcela da Obrigação e conforme o Capital Segurado Individual e Saldo Devedor da Obrigação assumida pela Empresa Estipulante com o Credor, observando-se, para fins de pagamento, o limite máximo contratado para a Cobertura.

15.2. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros moratórios far-se-á independentemente de notificação ou interpelação judicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores da Obrigação (compromisso financeiro).

15.3. As atualizações serão efetuadas com base na variação positiva do IPCA-IBGE, apurada entre o último índice publicado antes da data de exigibilidade da obrigação pecuniária e aquele imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

15.4. No caso de extinção do IPCA-IBGE, a Seguradora adotará o INPC-IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo.

15.5. Em caso de alteração dos critérios de atualização monetária estabelecidos pelo órgão regulador competente e/ou em função de legislação superveniente, fica acordado que as condições previstas neste item serão imediatamente enquadradas às novas disposições.

16. BENEFICIÁRIO

16.1. O Beneficiário deste Seguro será sempre o Credor (Instituição Financeira) da Obrigação (compromisso financeiro – crédito em moeda estrangeira) assumida, a quem a Seguradora deverá pagar o valor do Capital Segurado Individual apurado para a data do Evento Coberto.

16.2. Cobertura de Morte Qualquer Causa (MQC): a Instituição Financeira receberá o valor do Capital Segurado e procederá à amortização parcial ou total do Saldo Devedor da Obrigação assumida pelo Devedor, conforme regras previstas nas Condições Gerais e Condições Especiais do Seguro.

18. SOLUÇÃO DE CONFLITOS

18.1. COMO SOLUCIONAR CONFLITOS DESTE SEGURO – CANAIS INTERNOS

Caso o Segurado, Empresa Estipulante ou o Beneficiário tenha alguma reclamação, a Seguradora coloca à disposição canais internos para atendimento de forma rápida e adequada:

Central de Atendimento ao Cliente: 4090 1685 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 770 1685 (demais localidades).

SAC: 0800 728 0728 (Reclamações, cancelamentos e informações públicas) e **SAC** exclusivo para deficientes auditivos ou de fala: 0800 722 1722.

OUIDORIA: Os Segurados, Empresa Estipulante ou Beneficiário, não satisfeitos com as soluções desses canais ou que precisem de informações e esclarecimentos sobre os seus direitos e obrigações de acordo com as Condições Gerais e normas relacionadas ao produto podem recorrer à **Ouvidoria da Seguradora**, que é um canal destinado à prevenção e solução de demandas de forma satisfatória.

As reclamações e pedidos à **Ouvidoria** devem ser realizadas por escrito, contendo no mínimo o nome do Segurado ou Beneficiário; o nº do CPF/CNPJ, o ramo do Seguro e/ou o nome do produto; número da apólice/proposta de inscrição; nº do sinistro (se houver),

telefone e e-mail para contato, e endereçadas ao **0800 570 0011**, em dias úteis, das 9h às 18h ou **0800 722 1722** (para deficientes auditivos/fala para todas as localidades) ou para outros **canais de atendimento** acesse: <https://www.itau.com.br/atendimento-itau/para-voce/telefones>.

18.1.1 A Seguradora responderá a sua reclamação dentro dos prazos regulamentares definidos para esses canais.

18.2 MEDIAÇÃO OU CONCILIAÇÃO – Caso a reclamação do Segurado ou Beneficiário não tenha sido atendida de forma satisfatória nos canais internos de atendimento, antes de ingressar com uma ação judicial, é possível solucionar o conflito **preferencialmente por meio da mediação ou conciliação, conforme previsto na legislação brasileira vigente.**

18.2.1 Para esse procedimento, a Seguradora se compromete a atender no site www.consumidor.gov.br gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), por meio do qual é possível registrar o problema.

18.2.2 A conciliação do conflito não pretende impedir a busca da via judicial tradicional, mas tem por objetivo uma solução mais rápida e eficiente, não sendo necessário o Segurado arcar com qualquer custo administrativo perante os centros de mediação ou conciliação com os quais a Seguradora mantenha convênio ou perante os centros judiciários de solução consensual de conflitos.

18.3 Os prazos prescricionais são aqueles determinados em lei.

18.4 Caso o Segurado, a Empresa Estipulante, o Beneficiário ou a Seguradora decidam submeter ao Poder Judiciário as reclamações não resolvidas amigavelmente, a ação judicial deve ser movida no foro do domicílio do Segurado ou do Beneficiário.

18.4.1 Este contrato será regido e interpretado de acordo com a legislação brasileira.

19. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

19.1. A Itaú Seguros S.A. e demais empresas do Conglomerado Itaú (“Itaú”) tratam dados pessoais de pessoas físicas (como clientes, representantes e sócios/acionistas/empregados de clientes pessoa jurídica, contrapartes e beneficiários) para diversas finalidades relacionadas ao desempenho de nossas atividades.

19.2. Nesse item resumimos as principais informações sobre como coletamos e usamos dados pessoais. Para maiores informações, inclusive sobre os direitos dos titulares dos dados em relação aos seus dados pessoais (como de correção, acesso aos dados e informações sobre o tratamento, eliminação, bloqueio, exclusão, oposição e portabilidade de dados pessoais), acesse a nossa Política de Privacidade em nossos

sites e aplicativos.

- 19.3. **Dados coletados:** Os dados pessoais coletados e tratados pelo Itaú podem incluir dados cadastrais, financeiros, transacionais ou outros dados, que podem ser fornecidos diretamente pelo titular dos dados ou obtidos em decorrência da prestação de serviços ou fornecimento de produtos pelo Itaú ao titular dos dados pessoais ou a ele relacionados, seja a pedido do próprio titular de dados ou em decorrência da execução de contratos com terceiros que mantêm relacionamento com o titular de dados. Adicionalmente, dados pessoais podem ser obtidos de outras fontes conforme permitido na legislação aplicável, tais como fontes públicas, empresas do Conglomerado Itaú, outras instituições do sistema financeiro, parceiros ou fornecedores, bem como empresas e órgãos com os quais o Conglomerado Itaú tenha alguma relação contratual e com os quais o titular dos dados pessoais possua vínculo ou algum tipo de relação.
- 19.4. **Finalidades de uso dos dados:** Poderemos usar os dados pessoais para diversas finalidades relacionadas ao desempenho de nossas atividades, na forma prevista na Política de Privacidade, como por exemplo: (i) oferta, divulgação, prestação de serviços e fornecimento de produtos; (ii) execução de contrato e de etapas prévias ao contrato, incluindo a avaliação dos produtos e serviços mais adequados ao perfil, bem como atividades de crédito, financeiras, de investimento, securitárias, previdenciárias, de capitalização, cobrança e demais atividades do Conglomerado Itaú; (iii) cumprimento de obrigações legais e regulatórias; (iv) atendimento de requisições de autoridades administrativas e judiciais; (v) exercício regular de direitos, inclusive em processos administrativos, judiciais e arbitrais; (vi) análise, gerenciamento e tratamento de potenciais riscos, incluindo os securitários, previdenciários, de capitalização, de crédito, fraude e segurança; (vii) verificação de identidade e dados pessoais, inclusive dados biométricos, para fins de autenticação, segurança e/ou prevenção à fraude; (viii) verificação, análise e tratamento de dados pessoais para fins de avaliação, manutenção e aprimoramento dos nossos serviços; (ix) hipóteses de legítimo interesse, como desenvolvimento e ofertas de produtos e serviços do Conglomerado Itaú.
- 19.5. **Dados sensíveis:** Poderemos utilizar biometria facial e/ou digital em produtos e/ou serviços das empresas do Conglomerado Itaú para processos de identificação e/ou autenticação em sistemas eletrônicos próprios ou de terceiros para fins de segurança e prevenção a fraudes.
- 19.6. **Compartilhamento dos dados:** Os dados pessoais poderão ser compartilhados para as finalidades previstas neste documento e na nossa Política de Privacidade, como, por exemplo, entre as empresas do Conglomerado Itaú, com prestadores de serviços e fornecedores localizados no Brasil ou no exterior, bureaus de crédito de acordo com as regras aplicáveis à atividade, órgãos reguladores e entidades públicas, inclusive administrativas e judiciais e, ainda, com parceiros estratégicos para possibilitar a prestação e/ou oferta de produtos e serviços. Apenas compartilharemos dados na medida necessária, com segurança e de acordo com a legislação aplicável.
- 19.7. **Cientes Pessoa Jurídica:** Os Clientes Pessoa Jurídica ou outros terceiros que nos fornecerem dados pessoais (como, por exemplo, de seus clientes, contrapartes, beneficiários, fornecedores, representantes e sócios/acionistas/empregados) para o desempenho das atividades do Itaú, devem observar a legislação aplicável à proteção de dados, privacidade e sigilo, inclusive em relação ao fornecimento de informações aos

titulares dos dados pessoais a respeito do compartilhamento desses dados com o Itaú.

CONDIÇÕES ESPECIAIS DA COBERTURA DO SEGURO PRESTAMISTA MOEDAS ESTRANGEIRAS – ITAÚ PJ

1. COBERTURA DE MORTE QUALQUER CAUSA – MQC

1.1. EVENTOS COBERTOS

1.1.1. Esta cobertura garante a quitação total ou parcial do Saldo Devedor da Obrigação (compromisso financeiro) contratada pela Empresa Estipulante junto ao Credor, apurado na Data do Evento, em caso de Morte por qualquer causa do sócio Segurado ocorrida durante a Vigência do Seguro, respeitados o valor máximo do Capital Segurado Integral desta Cobertura e o valor do Capital Segurado Individual apurado de acordo com a proporção do percentual, na data do Evento, de participação societária do Segurado sinistrado na Empresa Estipulante, ou em sua sócia pessoa jurídica, em relação ao Capital Segurado Integral, respeitado o período de carência e franquia aplicáveis.

1.2. RISCOS EXCLUÍDOS

1.2.1. Todas as hipóteses mencionadas na cláusula de Riscos Excluídos das Condições Gerais estão excluídas desta cobertura.

1.3. CARÊNCIA E FRANQUIA

1.3.1. Em caso de Suicídio do Segurado, há carência de 2 (dois) anos, contados a partir do início da Vigência da Apólice, ou de sua recondução depois de suspensão.

1.3.2. Para morte do Segurado decorrente de doença serão aplicadas as seguintes carências, conforme prazo da Obrigação (crédito em moeda estrangeira) atrelada a este Seguro:

1.3.2.1. Para créditos em moeda estrangeira com prazo de até 6 (seis) meses, a carência será de 30 (trinta) dias contados do início da Vigência do Seguro;

1.3.2.2. Para créditos em moeda estrangeira com prazo entre 6 (seis) e 12 (doze) meses, a carência será de 60 (sessenta) dias contados do início da Vigência do Seguro;

1.3.2.3. Para créditos em moeda estrangeira com prazo acima de 12 (doze) meses, a carência será de 120 (cento e vinte) dias contados do início da Vigência do Seguro.

1.3.3. Para novos sócios pessoa física que ingressarem na Empresa Estipulante, ou em suas sócias pessoa jurídica, durante a vigência deste Seguro também serão aplicados os períodos de carência previstos na cláusula anterior, contados da data do ingresso do sócio no contrato/estatuto social.

1.3.4. Não há franquia.

1.4. DATA DO EVENTO: a data do falecimento do Segurado.

1.5. ÂMBITO GEOGRÁFICO: Eventos ocorridos em todo o globo terrestre.

1.6. REGULAÇÃO DE SINISTRO

1.6.1. Para dar início à Regulação do Sinistro, o Credor ou a Empresa Estipulante deverá encaminhar à Seguradora os documentos e informações abaixo relacionados:

- A) Formulário de aviso de sinistro;
- B) Cópia de documento de identificação do Segurado sinistrado com número do seu CPF (RG, CNH, CTPS ou Passaporte);
- C) Cópia do comprovante de endereço do Segurado/Declaração de Residência;
- D) Cópia da Certidão de Óbito;
- E) Cópia do Boletim de Ocorrência Policial ou Formulário de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, em caso de morte por acidente;
- F) Cópia do Laudo de Necropsia expedido pelo Instituto Médico Legal (IML), em caso de morte por acidente;
- G) Cópia do Laudo de Dosagem Alcoólica e Toxicológico expedido pelo Instituto Médico Legal (IML), em caso de morte por acidente em que o Segurado sinistrado era o condutor do veículo.